

O PROCESSO CLASSIFICATÓRIO COMO FUNDAMENTO DAS LINGUAGENS DE INDEXAÇÃO

ASTÉRIO CAMPOS

Departamento de Biblioteconomia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Universidade de Brasília

A falência dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica fez com que a Biblioteconomia moderna não apenas os alijasse das técnicas de recuperação da informação, mas procurasse substituí-los por processos meramente alfabéticos. Nisto houve um erro de perspectiva. Não basta, porém, a mera volta aos tesouros ou às classificações. É urgente o reconhecimento de que ambos (classificações e tesouros) constituem linguagens de indexação e que a indexação é fundamentalmente um processo classificatório. É mister, portanto, a partir das intuições de Ranganathan, e procurando fundamentá-las com maior rigor científico, encontrar uma teoria satisfatória do processo classificatório, tendo como pontos básicos as recentes conquistas da Linguística e da Lógica.

A falência, ao menos parcial, dos sistemas tradicionais de classificação bibliográfica constitui fato por demais conhecido de quantos se dedicam à árdua tarefa da indexação e recuperação da informação documental. As causas dessa falência são múltiplas e complexas e não vem ao caso reexaminá-las aqui. Mencionarei sumariamente apenas duas das que com maior insistência são lembradas. Há, em primeiro lugar, a conhecida defasagem dos sistemas em relação ao crescimento, por vezes vertiginoso, do conhecimento humano e da respectiva documentação. A imagem, ou símile, utilizada em tais circunstâncias, é a de que os bibliotecários ou documentalistas, ao utilizar, hoje, os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica se encontram atrelados ao carro de boi na era dos aviões a jato.

A comparação pode não ser exata ou justa, mas é sugestiva. Há, pelo menos, indicação de que algo não vai bem nessa área. Emerge, a seguir, a tomada de consciência, cada vez mais incômoda, da rigidez dos esquemas lógicos em que tais sistemas se basearam, em conflito com a fluidez, e até turbulência, da moderna documentação. De fato, tudo leva a crer que a advertência de Kant de que a lógica aristotélica -- que constituiu até pouco tempo a espinha dorsal das classificações bibliográficas -- "desde os tempos remotos [...] não tenha podido dar um passo atrás [...] nem tampouco tenha podido dar um passo adiante e que, por conseguinte, segundo toda a aparência, esteja completa e acabada" (1) encontrou repercussão bastante decisiva nos organizadores dos velhos sistemas. Cingiram-se, quase sempre, a um tipo de relacionamento entre os conceitos. E como a relação mais acentuada na lógica aristotélica é a de inclusão (gênero-espécie) foi sobre este único tipo de relacionamento que foram elaborados os sistemas tradicionais de classificação bibliográfica. A consequência foi a emergência de sistemas rigorosamente enumerativos com os inconvenientes que todos conhecem.

A tomada de consciência dessa situação era inevitável. Cedo ou tarde deveria aparecer a tendência a alijar os velhos sistemas substituindo-os por processos que pareçam mais adaptados às necessidades do momento. Convém salientar que a introdução dos computadores, assim como de toda a aparelhagem para cartões perfurados, apenas apressou um movimento que se vinha desenvolvendo fazia já algum tempo. Há que repetir, aqui, com insistência: houve tomada de consciência das falhas dos sistemas, antes mesmo que o computador marcasse a sua presença na recuperação da informação. Essas falhas existem e não há por que escondê-las.

Antes porém, de passarmos adiante na análise das consequências dessa tomada de consciência convém estabelecer algumas oportunas posições. A falência de que se fala não é tão completa e tão radical que justifique os rumos seguidos pela Biblioteconomia moderna. As seguintes considerações parecem apropriadas sob vários pontos de vista. Dos sistemas de classificação bibliográfica esperam-se, em geral, as seguintes contribuições: servir de instrumento para a distribuição útil dos livros ou documentos nas estantes, organização dos instrumentos de recuperação da informação (catálogos, bibliografias, linguagens de indexação para o computador, etc.) e análise da informação. No que concerne à primeira destas funções, as queixas não são muito relevantes. Antes, parece que, em relação à mera distribuição dos livros nas estantes, os sistemas obtêm êxito relativamente discreto. Ao menos não é neste setor que se localizam as críticas mais veementes. Também, até o momento, não se vislumbra nada que os possa substituir devidamente. É em relação às demais funções que se deve reconhecer maior ou menor falha nos sistemas tradicionais e há também que justificar, ou explicar, o processo de rejeição e de substituição daí resultante.

Entretanto, foi exatamente nessa rejeição e substituição que se deu grave e sério desvio nas técnicas da Biblioteconomia moderna. Amplos e influentes setores dessa mesma Biblioteconomia cometeram o equívoco elementar de confundir os sistemas falhos que manejavam com a classificação como tal, ou seja, com a classificação enquanto processo básico e insubstituível do pensar humano. Por uma perda de perspectiva bastante comprometedora não foram capazes de estabelecer distinção suficientemente nítida entre os sistemas históricos, elaborados com critérios mais ou menos discutíveis, e a atividade fundamentalmente classificatória do pensar humano. Foi talvez na Biblioteconomia americana que essa identificação espúria entre classificação e sistema de classificação assumiu proporções mais alarmantes e funestas, tendo em vista a influência exercida noutros países. Gordon Stevenson, em artigo publicado em 1974, diz textualmente: "Não se fez distinção clara entre os princípios gerais relativos à natureza, estrutura e usos da classificação bibliográfica e a aplicação destes princípios nos vários sistemas" (2). Em outros países se encontram situações idênticas. Não faz muito, em editorial publicado no periódico *International Classification*, Ingetraut Dahlberg comentava a afirmação que lhe fora feita por uma pessoa muito erudita: a classificação é um tropeço na recuperação da informação (3).

É curioso notar que não se percebeu algo de extremamente simples e elementar, ou seja, que o homem, como diz Grolier, é um animal por natureza classificador. Desde que atingiu a categoria de *Homo sapiens*, e talvez antes, não cessa de colocar em ordem o conhecimento que obtém do mundo e de si mesmo. A atividade classificatória da criança não é menos evidente no decorrer do seu desenvolvimento, como acentuadamente vem pondo em relevo a escola de Piaget. Também aí a ontogênese reproduzindo a filogênese. À medida que juntou à memória interna também a memória externa (que são os documentos, os bancos de dados, etc.) o homem projetou nas coleções de informações registradas as sistematizações que existiam no seu espírito. Assim nasceram as classificações, filhas mais ou menos legítimas, mais ou menos bastardas, das classificações do conhecimento (4). A classificação não é, como parecem ter concluído certos documentalistas e bibliotecários incôscios da natureza do conhecimento humano, algo de extrínseco, artificial ou posticho ao mesmo conhecimento. Não há dúvida de que alguma reflexão sobre a essência do conhecer humano ter-lhes-ia evitado avançar por um beco sem saída, qual foi o recurso à indexação meramente alfabética que chegou a gozar de efêmera popularidade.

De qualquer sorte, uma vez rejeitados os sistemas tradicionais e, sobretudo, supressa a fé na classificação como processo básico para a recuperação da informação, não restava senão o recurso às famosas listagens alfabéticas. Foram inventados processos altamente sofisticados sem que, no entanto, se atingisse a meta desejada. Pouco a pouco, porém, imperceptivelmente, talvez inconscientemente, foram introduzidos dispositivos classificatórios, cada vez mais complicados, até

atingirmos a atual técnica dos tesouros dos quais o menos que se pode dizer é que não se entende por que não são chamados de classificações. Recentemente Grolier afirmou que os tesouros são “classificações que não ousam dizer o próprio nome [...] e que a proliferação dos mesmos é sintoma do crescimento desordenado e anárquico de classificações dissimuladas” (4).

É fácil, então, verificar que o processo classificatório, expulso pela porta da frente, voltou pela porta do fundo. Já nem é necessário perguntar por que motivo as listagens meramente alfabéticas se mostraram insatisfatórias. Mais interessante parece interrogarmo-nos a respeito da razão por que — além do fator moda — tiveram os tesouros tão ampla aceitação. Não existe a menor dúvida de que, ao lado da sugestiva impressão de constituírem uma linguagem de acesso direto e de manejo relativamente fácil, trazem consigo algumas das vantagens outrora reservadas aos sistemas de classificação, ou seja, certo relacionamento dos assuntos. Em síntese, queiramos ou não, temos que partir da premissa básica de que, sendo o conhecimento humano, sobretudo em nível de ciências fundamentalmente estruturado, não é possível construir uma linguagem de indexação que desrespeite essa feição básica do saber humano. Nossa investigação volta-se, por conseguinte, para o seguinte quesito básico: em que nos baseamos, além da experiência histórica e empírica acima relatada, para afirmar que o aspecto estrutural constitui elemento básico e fundamental do conhecimento e por conseguinte também das linguagens de indexação que o devem expressar? Apenas constatamos o fato. Procuramos agora a teoria que o fundamenta.

Como questão inicial fazemos a seguinte pergunta: existe já um corpo de doutrina suficientemente desenvolvido e organizado que mereça o nome de teoria científica da classificação bibliográfica? Há bastante divergência entre os autores na resposta a este quesito. Ingetraut Dahlberg, por exemplo, deixa claramente a entender que, com Ranganathan, a teoria da classificação bibliográfica encontrou finalmente o seu verdadeiro caminho (5).

Grolier, ao invés, no extenso e sugestivo estudo apresentado ao Congresso de Classificação do Conhecimento (Ottawa Conference, 1971) adota posição bem diferente. Segundo ele, estamos ainda longe de preencher uma das condições preliminares requeridas para a formação de uma teoria satisfatória das linguagens de indexação. A falha principal consistiria na ausência de tipologia correta que permita uma nomenclatura unificada (6). Esta observação pode ser, sob certos aspectos, justa. Poderá, porém, não estar em conflito com o ponto de vista de Dahlberg, se recordarmos que a ausência de um corpo de doutrina correto e assentado não impede que se tenha ingressado no reto caminho.

Antes de prosseguirmos na procura desse reto caminho, não será fora de propósito mencionar, mesmo sumariamente, alguns dos argumentos com que Grolier ataca

a inautenticidade de algumas das atuais teorias da classificação bibliográfica. Diz ele, em primeiro lugar, que muitas dessas teorias, inclusive a do próprio Ranganathan, não passam de racionalizações **a posteriori** de uma prática já existente (6). Esta é, segundo afirma, a situação de Perreault em relação à CDU e de Soergel em relação aos tesouros. No que concerne a Ranganathan não há dúvida de que o famoso livro **Prolegomena** — em que expõe com maior amplitude e profundidade a sua doutrina — foi publicado quatro anos após a primeira edição da **Colon Classification**, a qual foi desenvolvida a partir de intuições. Há que notar ainda que as famosas “leis”, “regras”, “princípios” e “postulados” não encontram mais, como justamente acentua Grolier, a aceitação que se podia esperar. O mesmo Sayers, que está na origem deste tipo de pesquisa, já na quarta edição do seu valioso manual, revisto e completado por Maltby, traz uma quase total **desvalorização** das mesmas “leis”, “regras”, “cânones” e “postulados” (6). Mais ainda, na quinta edição, preparada pelo mesmo Maltby, todo o capítulo 7, que tratava da matéria, foi omitido.

Nesta mesma linha de idéias, não será fora de propósito recordar algumas das críticas feitas a Ranganathan nalguns pontos deixados por ele em certa obscuridade ou, em parte, obscurecidos pela má fé de seus adversários. Estas observações de nenhum modo infirmam a posição de Dahlberg quando diz que com Ranganathan a classificação bibliográfica encontrou o verdadeiro caminho. No que concerne à obra do grande indiano, parece que o trabalho a ser realizado hoje é o de uma fundamentação teórica daquilo que algumas vezes permaneceu no terreno das intuições. Mas esta questão será discutida mais adiante. Por agora vejamos algumas das críticas lançadas contra ele. Norman Roberts analisa a imprecisão com que foi apresentado por Ranganathan o conceito de **Personality**. A apreciação é absolutamente válida. É incompreensível que um conceito de tal importância dentro do sistema tenha sido deixado ao sabor de intuições mais ou menos imprecisas. Mas as observações de Moss (7) e Jones (8) quando reagem contra a utilização de categorias na documentação ou pretendem que nas linguagens de indexação sejam empregadas as mesmas categorias da Física Nuclear são simplesmente ridículas. Recusar validade às categorias de Ranganathan unicamente porque, assemelhando-se às categorias de Aristóteles, teriam sido de antemão criticadas por Bertrand Russel — numa argumentação, aliás, de sabor jornalístico e de escasso conteúdo filosófico — é simplesmente expor-se à zombaria de quem quer que não se sinta disposto a aceitar como dogma todas as afirmativas de um filósofo, mesmo que seja Bertrand Russel. Por outro lado, querer aplicar às linguagens documentárias as mesmas categorias da Física Nuclear é apegar-se a um reducionismo insuportável. Em síntese, mesmo reconhecendo a validade de algumas críticas a Ranganathan não podemos deixar de subscrever a afirmativa de Ingetraut Dahlberg: Com Ranganathan a teoria da classificação encontrou o seu verdadeiro caminho. Mas exatamente por reconhecer a validade dessas críticas é que, a partir das idéias básicas do mesmo Ranganathan, será feita tentativa de, com base nas pesquisas de Ingetraut

Dahlberg e numa aproximação com a Lingüística na linha em parte seguida por Hutchins, no seu livro **Languages of Indexing and Classification**, obter uma fundamentação do processo classificatório, base comum dos sistemas de classificação e da indexação alfabética (tesauros).

Convém, desde logo, esclarecer que a aproximação com a Lingüística não será feita com o mesmo espírito com que Datta e Farradane (9) se aproximaram da Psicologia, fazendo de uma ou de outra destas duas ciências a base exclusiva de uma teoria da classificação. Em relação a Farradane e Datta, Grolier, com razão, lhes recrimina o "psicologismo" subjacente. Na realidade, a maneira com que intentaram tratar o problema da indexação constitui verdadeiro reducionismo inaceitável. No aproveitamento da Lingüística não seguiremos a linha de Coyaud já que se limita à análise dos sistemas já existentes à luz da Lingüística.

A linha seguida por Hutchins nos parece correta desde que não haja exclusão de outras contribuições. Se a indexação constitui verdadeira linguagem é lícito voltar-nos para a Lingüística se quisermos conhecer a natureza e índole dessa linguagem. Mas a linguagem de indexação, pela sua mesma natureza de metalinguagem, ou seja, de linguagem das linguagens do conhecimento científico, recebe da Lógica e da teoria da ciência notáveis contribuições que não podem ser postas de lado.

A abordagem de Hutchins apresenta a grande vantagem de alargar a teoria das classificações documentárias unificando-as com a dos métodos de indexação alfabética (10). Este enfoque parece absolutamente válido. O processo de indexação é fundamentalmente o mesmo quer venha a expressar-se por meio de palavras, quer por meio de outros signos. E, como explicitamente afirma Grolier, todos os sistemas de organização intelectual da informação têm uma base comum e esta é a classificação (melhor diríamos: são os processos classificatórios da mente humana) (16). Os sistemas de classificação são expressões desses processos em medida semelhante aos das linguagens documentais alfabéticas. Lancaster diz textualmente: "A indexação (alfabética) é essencialmente um processo de classificação" (11). Poderemos inverter a ordem do enunciado e dizer: a classificação bibliográfica é essencialmente um processo de indexação, dando, obviamente, a esta palavra um sentido amplo. Nesta linha se encontra o modelo apresentado por Gardin para a descrição dos léxicos documentários (12).

Em síntese, nossa tentativa consistirá em apresentar, em artigos futuros, um corpo de doutrina válido não apenas para os sistemas de classificação como também para a indexação alfabética estruturada (tesauros). Para isto partimos da premissa básica da identificação dos processos fundamentais de ambas as modalidades de indexação. Apoiar-nos-emos nas conquistas de Ranganathan e de Ingetraut Dahlberg e seguiremos as pistas abertas ou percorridas por Hutchins, para elaboração de uma teoria válida dos processos básicos das linguagens de indexação.

REFERÊNCIAS

1. KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. de Valério Rohden. São Paulo, Abril Cultural, 1974, p. 9.
2. STEVENSON, Gordon. The historical context: traditional classification since 1950. **Drexel Library Quarterly** 10(4): 11-20, Oct. 1974.
3. DAHLBERG, Ingetraut. Classification and information. **International Classification** 4 (2):71, Nov. 1977.
4. GROLIER, Eric de. La classification cent ans après Dewey. **Bulletin de l'Unesco à l'Intention des Bibliothèques** 30(6):349-358, nov./déc. 1976.
5. DAHLBERG, Ingetraut. Major developments in classification. **Advances in Librarianship** 7 : 41-103, 1977.
6. GROLIER, Eric de. Les système des sciences et l'évolution du savoir. In: **Proceedings of the Ottawa Conference on the Basis of the Classification of Knowledge, October 1st to 5th, 1971**. Ed. by Jerzy A. Wojciechowski. München, Verlag Dokumentation, 1974, p. 20-118.
7. MOSS, R. Categories and relations: origins of two classification theories. **American Documentation** 15(4):296-301, Oct. 1964.
8. JONES, Kevin P. The environment of classification: the concept of mutual exclusivity. **Journal of the American Society for Information Science** 24(2): 157-163, Mar./Apr. 1973.
9. DATTA, Suman & FARRADANE, Jason E. L. A psychological basis for general classification. In: **Proceedings of the Ottawa Conference on the Basis of the Classification of Knowledge, October 1st to 5th, 1971**. Ed. by Jerzy A. Wojciechowski. München, Verlag Dokumentation. 1974, p. 319-331.
10. HUTCHINS, W. J. **Languages of indexing and classification**. Stevenage, Peter Peregrinus, 1975. 148 p.
11. LANCASTER, Frederic W. Seminar panel discussion. In: SELYE, Hans. **Symbolic shorthand system**. New Brunswick, N.J., Rutgers – The State University, p. 53. Cit. por Grolier, Eric. de (6).
12. GARDIN, Jean-Claude. Elements d'un modèle pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bibliothèques de France** 11:171-182, 1966.

ABSTRACT

The classificatory process as the foundation of indexing languages

The failure of the traditional library classification systems has led modern librarianship not only to disregard them in information retrieval techniques but also to replace them by simple alphabetical indexing methods. This has showed to be an error of perspective. A mere return to the use of thesauri and classification systems is not sufficient. It is urgent to recognize that both classification and thesauri constitute indexing languages and that indexing is basically a classificatory process. Therefore it is necessary to find out a satisfactory theory for the classificatory process based on the recent advances of Linguistics Logic and taking into account Ranganathan's intuitions which should be treated with greater scientific rigour.